

## **TERRITORIALIDADES EM CONFLITO NA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES (AC)**

Jeferson Choma<sup>1</sup>

### **Resumo**

A criação das Reservas Extrativistas (RESEXs) em 1990 foi um marco da luta do movimento seringueiro. A “Reforma Agrária” dos seringais, como ficou conhecida, garantiu aos camponeses a apropriação coletiva da terra e a preservação de um modo de vida que mantinha o convívio com a floresta “em pé”, e se contrapunha ao modelo imposto pelo avanço do sistema capitalista na região pautado na destruição da floresta, em benefício da propriedade privada. Contudo, ao longo das duas últimas décadas, as Reservas Extrativistas sofreram mudanças substanciais, especialmente quando passaram a fazer parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e com o advento da chamada “economia verde” que tem como fundamento uma lógica de valorização mercantil da floresta, inclusive dos seus recursos madeireiros. Neste artigo apresentamos algumas conclusões preliminares, fruto da pesquisa realizada por ocasião da nossa dissertação de mestrado sobre o modo de vida dos seringueiros da Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM) e mudanças realizadas no Plano de Uso realizada pelo Conselho Gestor da Reserva.

**Palavras-chave:** Seringueiros, modo de vida, territorialidades.

### **Introdução**

A criação das Reservas Extrativistas na Amazônia garantiu aos camponeses seringueiros a apropriação coletiva do território e sua territorialidade. O campesinato é entendido neste trabalho como classe social que é reproduzida pelo capitalismo em seu movimento desigual e contraditório de expansão. Neste processo, as relações não-capitalistas de produção são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital que redefini antigas relações, as subordinando-as e também as engendra.

Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital. (OLIVEIRA, 2007, p.40)

Neta perspectiva, o campesinato também é dotado de uma territorialidade e um modo de vida distinto de outras classes sociais existentes sob o modo de produção capitalista. O campesinato é caracterizado por relações de compadrio e parentesco, em formas de produção e organização do trabalho, em relações sociais apoiadas em um sistema de crenças, valores e práticas simbólicas que dão sentido à produção da vida camponesa.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós – Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo.

O modo de vida<sup>2</sup> dos indivíduos está relacionado, sobretudo, a interdependência dialética entre a história da natureza e a história dos homens, como definiram Marx e Engels (2005). Portanto, não é suficiente entender o modo de vida apenas sob o ângulo de um determinismo natural na busca dos meios de vida necessários à reprodução da sociedade. Tampouco, reduzir o modo de vida a uma categoria definidora da reprodução da subsistência, mediada pela técnica. O caminho está em considerar que a realidade é mediado pelo sujeito social, entendido como produtor de um mundo objetivo e portador da atividade transformadora.

A maneira como os homens produzem esses meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e que lhe é necessário produzir. Este modo de produção não deve ser considerado deste único ponto de vista, como mera reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, isso sim, de uma forma determinada de manifestar sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos. (MARX; ENGELS, 2005, p. 18).

No Brasil, a retomada dos estudos sobre o modo de vida ocorre no advento da chamada Geografia Crítica, que marca sua influência na disciplina na segunda metade da década de 1970, sob forte influência do materialismo histórico. O modo de vida passa a ser entendido como uma mediação entre a história social dos grupos estudados e as contradições da sociedade, criadas pelo modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, em seu estudo sobre sertanejo, Marques define que o modo de vida corresponde a “um conjunto de práticas cotidianas desenvolvidas por um determinado grupo social e decorrente de sua história, da posição que ocupa na sociedade envolvente e da forma específica que assegura a sua reprodução social” (MARQUES, 1994, p. 3-4). Em nossa pesquisa, observamos que o camponês seringueiro também é dotado de um modo de vida particular que está assentando em uma tríade formada por família, trabalho, terra e floresta.

A autora ainda completa afirmando que o modo de vida camponês apresenta uma territorialidade que se contrapõe ao território capitalista (Ibidem, 1994, p.14). Como o desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e contraditória, o território não é somente a materialização deste único modo de produção. Há outras e múltiplas territorialidades. Como observa Bombardi, os camponeses e movimentos sociais no campo, marcam o território através de suas relações sociais não capitalistas de produção, inseridas contraditoriamente no capitalismo.

---

<sup>2</sup> Ou gêneros de vida ou meio de vida como definiram no passado geógrafos como Paul Vidal de La Blache e Max Sorre (MARQUES, 1994).

[...] Nesse sentido, a fração do território produzida de forma tipicamente capitalista difere daquela produzida em base camponesa, já que as relações sociais estabelecidas são outras, são regidas por outra lógica, e assim materializam-se de forma completamente diferente no espaço, ou em outros termos, territorializam-se (BOMBARDI, p.68).

Os diferentes tipos de territorialidade existentes sob o modo de produção capitalista podem se expressar por meio de regras sociais, sejam elas fundadas em um direito costumeiro ou por normas culturais – comum em sociedades camponesas - ou no direito legal referentes ao uso da terra ou, ainda, simplesmente pelo uso da força (MARQUES, 1994). São práticas simbólicas que possuem lógicas sociais codificadas que revestem formas estratégicas que têm por objetivo garantir a reprodução familiar, a preservação da terra (ou da floresta, como é o caso dos seringueiros) e de práticas e normas tradicionais de utilização de recursos naturais. Por tudo isso, como defende Moura (1988), o estudo sobre o campesinato transcende a materialidade econômica e permite penetrar abertamente no espaço das superestruturas, da cultura e do modo de vida.

A formação dos seringueiros como um campesinato forjou um modo de vida assentando na família, no trabalho, na terra, e, sobretudo, *na floresta*, na qual realiza os mais diversos usos para a reprodução da sua vida. Produto da luta de classe, seu território, a Reserva Extrativista, é uma porção do espaço nitidamente diferenciado em função da maneira como seus ocupantes o definiram e o organizaram. O uso desta porção do espaço manifesta as diferentes formas sociais que empregam e contêm um conjunto de regras e normas consuetudinárias que normatizam o uso da terra e da mata. Decisões sobre como realizar a extração e utilizar os determinados recursos da floresta, ou ainda sobre a mobilidade de familiares, compra e venda das benfeitorias de uma colocação, mediação de conflitos internos entre moradores, são realizadas sob a mediação da comunidade. Não por acaso, quando da ocasião da criação das Reservas, as instâncias comunitárias tinham o predomínio sobre as decisões e as formulações das regras deste território.

### **Luta seringueira e o surgimento das Reservas Extrativistas**

Durante um vasto período de sua história, a Amazônia teve como principal atividade econômica o extrativismo florestal, com exploração das chamadas “drogas do sertão”. Na segunda metade do século XIX, a região passa a se destacar com a extração do látex para a produção de borracha, voltada para atender ao mercado mundial. A produção em larga escala

desse produto decorreu, entre outros motivos, pela revolução industrial que possibilitou o desenvolvimento técnico (por meio da descoberta da vulcanização) e pelo grande aumento da procura enquanto matéria-prima, principalmente quando a indústria automobilística passou a crescer.

Mas a empresa extrativista se encontrava diante de uma enorme escassez de força de trabalho. A necessidade imperiosa de se aumentar a produção fez com que o Estado promovesse uma das maiores migrações da história do país. Segundo Celso Furtado, cerca de 500 mil nordestinos adentraram nos seringais da Amazônia de 1821 a 1912. A imensa maioria era formada por nordestinos, sobretudo cearenses que fugiam da grande seca de 1877 (FURTADO, 1974, p. 122). Mas o antigo sertanejo era atraído por promessas de fartura e riqueza que supostamente havia na região, e nisso via uma possibilidade da sua reprodução barrada pelo árido sertão e pela estrutura fundiária dominada pelo coronel.

Ao chegar na Amazônia, o sertanejo tornava-se empregado nos Seringais instalados nas margens dos rios. Nele, o nordestino agora convertido em trabalhador seringueiro, era assentado em colocações ou em alojamentos coletivos e trabalhava exclusivamente na extração do látex, sendo proibido de realizar qualquer plantio agrícola, mesmo um modesto roçado.

Entre ele e o dono do seringal, o patrão seringalista, se firmava uma relação aparente de assalariamento: o seringueiro se dedicava à extração do látex, entregava sua produção no barracão (centro econômico e das relações de poder no interior do Seringal) e recebia uma quantia em dinheiro proporcional ao seu trabalho. Mas, na prática, o sistema era bem diferente. Como não podia produzir seus próprios meios de subsistência, tudo o que necessitava (de alimentos até instrumentos de trabalho) deveriam ser comprados no barracão a preços muito altos. Assim, ficava permanentemente endividado, sempre trabalhando para tentar “tirar o saldo” junto ao patrão. Essa forma de relação de trabalho ficou conhecida como peonagem e funcionava como um tipo de crédito sem dinheiro que atava os trabalhadores seringueiros a elos de dependência, sob forte coerção física e moral, ao barracão do seringalista (TEIXEIRA, 2009).

A chave para a peonagem foi o chamado Sistema de Aviamento, onde casas aviadoras, ou seja, lojas comerciais, localizadas nos maiores centros urbanos da região (Belém e Manaus) abasteciam floresta adentro os barracões de mercadorias.

A partir da instalação do regime militar em 1964, o Estado apresentou uma nova visão

sobre

a Amazônia e novas práticas políticas de ocupação da região. Esse reordenamento foi expresso pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) que designava a Amazônia como uma “fronteira de recursos”. Podemos descrever sumariamente que as novas prioridades para a região foram: a) integração geográfica (fundamentalmente pelos eixos rodoviários); b) desenvolvimento econômico centrado no setor privado e apoiado pelos incentivos fiscais do Estado (tomando como centro o avanço da pecuária e mineração); c) ocupação humana dos “espaços vazios”. (SUDAM, 1971, p. 24).

Não se tratava mais de um desenvolvimento com a floresta como no período anterior marcado pelo extrativismo do látex, mas sim contra a floresta.

A novidade agora é que ocorre uma internacionalização do grande capital internacional que, sob a tutela do próprio governo, se faz presente diretamente no interior do espaço amazônico. O grande capital extrarregional, tanto nacional como internacional, não explora mais a região de fora, como até a década de 1960 se fazia, mas a partir de dentro (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.60).

A expansão da acumulação capitalista na Amazônia foi efetivada, sobretudo, por políticas de incentivos fiscais que beneficiaram o grande capital nacional e internacional. No que se refere à questão da terra, os projetos de colonização dirigida na Amazônia, tanto a estatal quanto a privada, tinham por objetivo a preservação da estrutura fundiária em outras regiões do país, como o Sudeste, Sul e Nordeste. Também serviam como “válvula de escape” para os conflitos fundiários dessas regiões preservando a velha concentração fundiária. “Foi assim que a colonização dirigida, oficial e particular destinou-se a realizar uma contra-reforma agrária na Amazônia e, por implicação, nas outras regiões do país” (IANNI, 1979, p. 236).

No caso do Acre, o núcleo da estratégia aplicada pelo regime militar foi a expansão da grande propriedade fundiária e da pecuária de corte para fazer do Brasil um dos maiores exportadores de carne bovina no mercado mundial.

Neste momento, o complexo seringalista no Acre já se encontrava em crise o que haviam obrigado os seringalistas a fazerem uma série de concessões para manterem o seringueiro dentro da floresta, como por exemplo, permitindo – não em todos os seringais - a prática da agricultura. Assim, o declínio da economia da borracha transformou o seringueiro de um trabalhador especializado na extração do látex em um camponês que produzia para sua própria subsistência e que vendia seus excedentes ao seringalista.

Em suas respectivas colocações, os seringueiros começaram a cultivar roçados de subsistência, criar animais domésticos e plantar algumas espécies de árvores frutíferas (...), juntaram-se a mulheres índias, fundaram famílias e prosperaram até hoje, e incorporaram novas técnicas e conhecimentos que lhes permitiram um aproveitamento mais diversificado das riquezas da floresta. Em suma, deixaram de ser seringueiros especializados e se tornaram camponeses da floresta (ALMEIDA, 2002, p. 120).

Contudo, as famílias de seringueiros não haviam conquistado o acesso à terra. Apesar da maior autonomia, o seringueiro tinha que pagar uma renda ao patrão pelo uso das estradas de seringa, o que mantinha os seus elos de subordinação ao barracão, uma vez que eram ainda forçados a trocar sua borracha ou outros produtos agrícolas por mercadorias e instrumentos de trabalho exclusivamente no barracão do seu patrão.

Apesar da crise, a extração da borracha continuou oferecendo matéria prima para a indústria até pelo menos os idos dos anos 1960. Endividados em razão da lenta decadência econômica da borracha, os seringalistas terminaram por arrendar ou vender seus antigos Seringais aos capitalistas do Sul e Sudeste do país que se depararam com um espaço que não estava vazio.

Os seringais, de fato, começaram a mudar de donos, expressão que viria a ser muito usada para o período dos anos setenta/oitenta quando os “de fora”, sobretudo os “paulistas”, começam a adquirir terras no Acre. O que não se via no Acre é que uma mudança de donos já vinha se dando há décadas onde os “de baixo”, enquanto ocupantes, mais do que se apossar das condições naturais de produção, estavam se tornando, rigorosamente, trabalhadores livres, seringueiros autônomos (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 72).

Diante da iminente expropriação, na investida dos projetos agropecuários, tratava-se de defender mais do que simplesmente um lugar de produção de borracha, mas a floresta, um modo de vida e uma territorialidade camponesa. Um das formas de resistência foram os empates, grandes mutirões de seringueiros que impediam o desmatamento dos fazendeiros. Essa luta, dirigida pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, criados nas décadas de 1970 e 1980, custou a vida de muitos de seus líderes, como Wilson Pinheiro (assassinado em 1980) e Chico Mendes (assassinado em 1988).

A criação das Reservas Extrativistas representou a conquista do território para o seringueiro e afirmou sua autonomia camponesa. É nesse quadro que se insere a conquista da Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM), produto da resistência travada pelos seringueiros, criada por meio do Decreto nº 99.144, de 1990. No entanto, desde sua criação, as RESEXs vêm sofrendo mudanças importantes e que impactam diretamente o modo de vida

das populações seringueiras e conflitos de territorialidades entre os camponeses e agentes externos.

### **Reservas Extrativistas e a “questão ambiental”**

A criação das Reservas Extrativistas possibilitou a aliança do movimento seringueiro com organizações do movimento ecológico. Isso propiciou a abertura de caminhos para novos modelos de conservação dos sistemas ecológicos, onde o homem não seria visto como algo estranho à natureza. Pode-se dizer que a Reserva Extrativista foi o primeiro modelo no país de conservação dos sistemas ecológicos que não veio “de cima”, imposto pelo Estado, mas sim criada “pelos de baixo”, isto é, pelos povos que vivem na floresta e dela dependem, cujas práticas se fundam numa outra relação sócio-metabólica com os sistemas ecológicos, não regida pelo valor de troca, mas sim pelo respeito aos ciclos dos sistemas naturais para que sua exploração ocorra dentro da capacidade de recuperação das espécies de plantas e animais.

Nesse sentido, as RESEXs representaram um desafio à forma como o Estado encarava as bases teóricas e legais da criação de áreas de proteção ecológica como os Parques Nacionais. Segundo Diegues (2001), a criação dessas áreas no país tiveram como exemplo os primeiros Parques Nacionais estadunidenses criados no século XIX<sup>3</sup>.

Assim, em sua proposta, nada constava sobre o uso sustentável dos recursos naturais das populações indígenas ou das comunidades camponesas, seus conhecimentos tradicionais e modo de vida. O autor lembra que muitas propostas de Unidades de Conservação foram criadas sem a consulta às populações que lá residiam desde tempos imemoriáveis, e que muitas foram simplesmente expulsas destas áreas.

Diegues mostra como concepções conservacionistas radicais, que alimentam o mito de mundo selvagem, intocado e intocável pelo homem, pautaram a ação do Estado na criação das Unidades de Conservação. Essa visão caminha com uma concepção mecanicista da natureza, como a perspectiva da análise dos ecossistemas, na qual a sociedade, seja ela qual for, é um fator de risco ao equilíbrio homeostático dos ambientes naturais. Tal visão se pauta na dicotomia entre sociedade/natureza presente na sociedade capitalista, e, portanto, sem sentido para sociedades indígenas e camponesas que muitas vezes sequer fazem uma clara distinção entre o homem e o meio natural. O fato é que, seguindo esse modelo segundo o qual a única

---

<sup>3</sup> Em 1872, foi criado nos Estados Unidos o Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro do país. No Brasil, o primeiro a ser criado foi o Parque Nacional de Itatiaia, em 14 de junho de 1937 (DIEGUES, 2001).

forma de proteger a natureza é afastá-la do homem, a criação de Unidades de Conservação acabou por expropriar as populações residentes que tiveram seus territórios transformados em parques.

As RESEXs foram um desafio a essa territorialidade das Unidades de Conservação. Contudo, isso não significou uma plena e radical transformação na maneira como ainda são criadas e geridas as Unidades de Conservação no país. Hoje os órgãos estatais de fiscalização e gestão ambiental encontram funcionários com muito mais sensibilidade a essas questões. Contudo, como nos lembra Diegues, toda mitologia tem sua durabilidade:

Como toda mitologia antiga tem seus guardiões (os mais velhos, os pajés etc.), os neomitos da conservação também possuem os seus - entidades preservacionistas, instituições públicas ambientais; além de seus sacerdotes - os administradores dos parques, e seus auxiliares iluminados pelo conhecimento empírico-racional, os cientistas naturais que definem o que é biodiversidade, como a natureza deve ser preservada etc. (DIEGUES, 2001, p.69)

Como veremos mais adiante, a incorporação das Reservas Extrativistas ao Sistema Nacional de Conservação produziu efeitos que não podem ser dissociados desse mito.

### **Territorialidades em conflitos atuais na Reserva Extrativista Chico Mendes**

O que procuramos apresentar são dados preliminares de um estudo de caso realizado sobre esses conflitos em três seringais na Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM), localizado no estado do Acre. São eles: o Seringais Humaitá, São Cristóvão e Venezuela, todos palcos de conflitos com ações territoriais implementadas pelo Conselho Gestor da Reserva.

A Reserva Extrativista Chico Mendes está localizada na região sudeste do estado do Acre. Com uma área aproximada de 970.570ha, a RECM encontra-se inserida nas Regiões do Médio e Alto Acre e Alto Purus, abrangendo os municípios de Assis Brasil, Brasileia, Capixaba, Epitaciolândia, Sena Madureira, Rio Branco e Xapuri.

A Reserva é dividida em 46 seringais e 76 núcleos de base, sendo a maior do estado do Acre. Os seringais, por sua vez, são subdivididos em colocações, unidades produtivas familiares que têm em média 672 ha (CNS, 1992). Na RECM moram mais de duas mil famílias, aproximadamente 10 mil pessoas. Assim como foi na Resex do Alto Juruá, a primeira criada no país, os moradores da RECM debateram e formularam o Plano de Utilização, aprovado pelo IBAMA em 18 de abril de 1995. Como recorda Almeida (2002),



“os próprios seringueiros iriam implementar a Reserva. E a verdade é que eram os únicos capacitados para fazê-lo: afinal, não havia precedente, e a ideia de uma ‘reserva extrativista’ vinha deles, e não de técnicos do governo” (ALMEIDA; CUNHA, 2002, p. 143).

Em anos recentes, houve importantes alterações no Plano de Utilização da Reserva, o que tem resultado em conflito entre os moradores da reserva e uma incompreensão ao seu modo de vida tradicional. Entre as medidas investigadas por nós estão: 1) permissão do Conselho Gestor para desmate e realização de coivaras para o plantio do roçado; 2) controle, por parte do Conselho Gestor, da ocupação e da mobilidade das colocações na Reserva. 3) conflitos sobre a criação de gado.

Antes de mais nada, precisamos problematizar a mudança mais importante que ocorreu nos últimos ano e que se refere à gestão da Reserva Extrativista. Quando foram criadas, as Reservas Extrativistas seriam territórios autogestionários e teriam a participação ativa de seus moradores, por meio de suas associações e núcleos de base. Seria por meio dessas organizações que se exerceria o controle territorial da Reserva Extrativista Chico Mendes. Cabia ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) apenas gerir a fiscalização em conjunto com a comunidade, no sentido de se fazer cumprir as determinações do Plano de Uso da Reserva que foi elaborado pelos próprios moradores no início da década de 1990.

O primeiro Plano de Uso da RECM foi publicado no Diário Oficial da União em 19 de abril de 1995 após intensas discussões e debates envolvendo os seringueiros da Reserva e suas várias associações. Também contou com a participação voluntária de técnicos e profissionais que abraçaram a causa a favor da criação das Reservas Extrativistas. “Foram várias as reuniões com as comunidades da Reserva objetivando a preparação da Proposta de um Plano de Utilização para que houvesse discussão em assembleias de moradores” (BRASIL, 1995, p.21), explica a introdução do Plano de Utilização sobre como foi construído o regulamento da Reserva em consonância com o princípio da autogestão proposto pelos seringueiros. O Plano de Uso nada mais era do que um inventário das práticas tradicionais, das normas e costumes que regulam a relação entre as famílias seringueiras com a floresta e permitem a reprodução da vida. Sob esse ângulo, pode-se dizer que o Plano de Uso elaborado pelos próprios moradores da Reserva foi expressão de sua territorialização, uma vez que as regras de gestão daquele território foram definidas por eles mesmo a partir dos conhecimentos tradicionalmente produzidos.

O princípio de autogestão das Reservas Extrativistas salvaguardava essa territorialização e delimitava o caráter da “fiscalização do IBAMA”, cujo papel como órgão do Estado seria de apenas supervisionar esse plano. Uma forma de fiscalização exercida por órgão era por meio da figura do fiscal colaborador, que tinha treinamento e recebia uma “carteirinha” do IBAMA, mas era um morador da reserva, escolhido por outros moradores (BRASIL, 1995).

Contudo, suas funções extrapolavam a mera fiscalização ambiental. Além de garantir a aplicação do Plano de Utilização, o fiscal colaborador também resolvia conflitos internos que eventualmente surgissem entre moradores das colocações, como questões sobre os limites das estradas da seringa, conflitos a respeito da caça ou de piques de castanhas. Muitas vezes, para resolvê-los, eram evocadas normas costumeiras e tradicionais. No limite, quando a mediação do fiscal não solucionasse o problema, os conflitos eram discutidos e resolvidos nas assembleias comunitárias, procurando evitar ao máximo o envolvimento de órgãos ou instituições de fora da comunidade. Seu Abraão Cardoso, morador da Colocação Mucambo I, no Seringal Humaitá foi um destes fiscais comunitários. Ele explica sua função na época:

Quem fazia a fiscalização era nós mesmo. Nós tivemos um treinamento. Nós fazia o treinamento, recebia a carteirinha e a gente ia monotória e dá conselho ao seringueiro. Você não deve fazer roçado onde cabeceira d'água, onde tem seringueira, onde tem castanheira. [...] Tinha um conflito, chamavam o fiscal era eu. Eu ia lá vê como que era a história. Eu ouvia dos dois lados né. Aí dizia: 'você segue de um lado, você segue do outro, e vamos repartir o prejuízo e vamos ficar bom amigo'<sup>15</sup>.

O fiscal era escolhido pela comunidade ou pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e realizava um treinamento no IBAMA com apoio do Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), que disponibilizava técnicos e funcionários do Estado. No entanto, tudo era discutido pelos seringueiros com suas organizações coletivas.

Antigamente funcionava, agora não tá mais funcionando. Eles estão nos sacrificando. Naquela época a gente fazia uma reunião e acertava assim, assim, assim. Dava as coordenadas e tudo era normal [...]. Eles tem nós aqui como que nós não semos nada. Eles querem nos levar pelo nariz. O que eles disserem temos que concordar. Eles querem que a gente concorde com tudo com eles dizem. Não olham, não escutam e nem aceita a nossa posição. E nem respeita também o que nós fizemos pela reserva<sup>4</sup>.

Tudo isso mudou com a aprovação da Lei 9.985, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no ano 2000. As Reservas Extrativistas foram

<sup>4</sup> Entrevista realizada por Jeferson Choma em 5 de janeiro de 2016.

incorporadas ao conjunto das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o que significou mudanças na forma como as RESEXs passaram a ser concebidas e também na sua gestão. Segundo alguns autores, o SNUC suprimiu a ideia de autogestão presente na criação das primeiras Reservas Extrativistas, deslocando sua administração totalmente para a esfera governamental (CUNHA, 2010), e criando um Conselho Deliberativo chefiado pelo órgão responsável pelas Unidades de Conservação, hoje o ICMBio, esvaziando as forma de representatividade dos moradores. É isso que explica a insatisfação de Seu Abraão expressa na entrevista acima. “Eles querem nos levar pelo nariz”, disse o seringueiro comparando o tratamento dados a eles com a condução que se dá a um boi ou outros animais de cargas pelos varadouros e ramais da Reserva.

Se o princípio de autogestão norteou as RESEXs logo após a sua criação, hoje as representações dos seringueiros encontram-se esvaziadas ou em minoria no interior de um Conselho Gestor composto por técnicos, funcionários do Estado, representantes de prefeituras e de Organizações Não-governamentais. Analisando essas transformações após a criação do SNUC Almeida e Rezende concluem: “Na prática, isso significa um conjunto heteróclito de conselheiros formados por pessoas sem representatividade entre as comunidades e escolhidos por intermediários do ICMBio”, (2013, p. 190).

Nas reuniões do Conselho são aprovadas resoluções e Normas Técnicas desconhecidas pela imensa maioria dos moradores. São medidas polêmicas e geradoras de enfrentamentos. Em 2013 o Conselho aprovou a criação de uma Câmara Técnica cuja função é fazer a avaliação e fiscalização do desmatamento e das ocupações irregulares no interior da Resex <sup>5</sup>. A mesma reunião do Conselho Gestor aprovou que qualquer ação de desmate no interior da reserva, mesmo aquelas previstas pelo Plano de Utilização para o plantio para o roçado, precisam ser previamente autorizadas pelo ICMBio. Atualmente, o plano de utilização permite o uso de, no máximo, 30 hectares por colocação para as atividades complementares ao extrativismo, como a área para o roçado e para a criação de gado, porcos e galinhas (BRASIL, 2006). Até essa resolução do Conselho Gestor, não havia nenhuma obrigatoriedade das famílias seringueiras solicitarem autorização para realizar o desmate dessas áreas para “colocar roçado”. O principal argumento para a adoção da medida seria o combate as queimadas realizadas por certos invasores da Reserva interessados em derrubar a mata para

<sup>5</sup> ICMBio. Ata da IV Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Reserva Extrativista Chico Mendes, realizada maio de 2013. 20BRASIL, Plano de Manejo Reserva Extrativista Chico Mendes. IBAMA, Xapuri (AC), 2006.

ampliar pastos para a criação de gado.

Contudo, essa decisão provoca graves problemas à prática da agricultura entre as famílias camponesas da Reserva. Em muitos casos, essas famílias não têm nenhuma condição de solicitar tal permissão em função das enormes distâncias que precisam percorrer das suas colocações nas florestas até o escritório do ICMBio que fica na cidade Brasileira (AC). Um deslocamento como este significa a perda de dias de trabalho e um gasto em dinheiro que está além do alcance das famílias. Não por acaso, a maioria das famílias seringueiras não pedem autorização para realizar a coivara e ficam à mercê da compreensão dos agentes de fiscalização do Estado que podem multá-los.

O roçado realizado pelos camponeses da floresta, assim como as queimadas, sempre foram realizados sob certas regras. Uma delas é o acero que se faz antes da realização da coivara, a queimada propriamente dita que tem origem indígena e tornou-se prática comum entre as populações camponesas da Amazônia. Após escolher a área para “colocar o roçado” - que pode ser uma área de mata nativa ou uma antiga capoeira -, o seringueiro realiza um manejo tradicional para evitar que a queima saia do controle e destrua a floresta. Observam as condições do vento, a umidade no interior da mata bruta e fazem os aceiros, um desbaste em volta da área a ser queimada, que impede que o fogo se espalhe pela floresta. Em seguida ocorre a plantação intercalada de várias culturas no sistema de rotação de culturas, como macaxeira, milho, arroz e feijão. Em média, a área utilizada para os roçados têm entre 0,5 a 1 hectare. Após um período de 3 a 4 anos a área do roçado é abandonada, permitindo o crescimento da capoeira e a recomposição do ciclo natural de fertilidade do solo. Entre as famílias da Reserva é muito comum encontrar o cultivo simultâneo de dois ou até três roçados. No final do verão amazônico, entre agosto e setembro, se planta o "roçado novo" com o cultivo de macaxeira e milho, que ocupam o mesmo espaço onde estão os plantios de banana, mamão, cana, entre outros plantios. Ao mesmo tempo, se retira da "roça madura" a macaxeira para a subsistência da família, plantada um ou dois anos antes.

Durante a queimada há uma enorme preocupação para que o fogo não se alastre para a mata, pois esta também é fonte da reprodução familiar camponesa. É da floresta que os seringueiros retiram a castanha, o látex, ervas, remédios, a caça e madeira para suas casas, cercas e currais. Sem a floresta, a produção da vida das famílias ficaria extremamente comprometida. Já o roçado é um símbolo da conquista da autonomia camponesa frente aos seringalistas, uma vez que o seringueiro só pôde realizar esses cultivos quando deixou de ser

um simples trabalhador extrativista, submetido a autoridade pessoal dos “patrões” para se transformar em um camponês que dispõe livremente dos instrumentos de produção, como a terra e a floresta. Entre os seringueiros, o cultivo da roça e a criação de animais tem a mesma importância que a atividade extrativista da castanha, o látex e a caça. Em geral, as famílias seringueiras realizam um cálculo para se manter o equilíbrio entre existência de recursos necessários a reprodução da sua força de trabalho. Por isso o roçado que exija um desmatamento de uma área maior da floresta durante o período de seca (verão) pode levar a uma menor produção da castanha durante o período chuvoso (inverno), por exemplo, o que acarretaria em um desequilíbrio da reprodução familiar e que a própria lógica da reprodução camponesa dos seringueiros procura evitar.

Há um momento certo para realização da coivara e para o plantio do roçado, que são orientados pela observação dos ciclos naturais, como o regime de chuvas ou até mesmo qual é a melhor lua para o início do plantio de uma determinada variedade. Tudo isso é parte do cálculo do camponês da floresta. Um atraso no plantio do roçado – mesmo provocada pela proibição de um agente externo – vai comprometer esse sistema, diminuir a produtividade do roçado e causar danos no fornecimento de alimento para toda a família nos anos seguintes.

“Querem empatar nosso roçado”, dizem alguns seringueiros indignados com a proibição da prática de queimadas. Causa certa perplexidade que os próprios seringueiros que “empatarem” o desmatamento dos seringais realizados pelos fazendeiros para conquistar sua autonomia, utilizem agora a mesma palavra para se referir a proibição de uma das práticas mais elementares para a sua reprodução camponesa.

Outro tema que foi discutido nas reuniões do Conselho Gestor é o processo de ocupação irregular da reserva, como são chamadas pelo órgão as relações de compra e venda de colocações. Assim, o Conselho Gestor aprovou uma resolução modificando o Artigo 20 do Plano de Uso, em que proíbe “a venda de benfeitorias para indivíduos não reconhecidos como residentes regulares”. Por ser de domínio público e ter seu uso concedido, é proibido o loteamento e venda das colocações existentes ou a transferência de moradores sem a anuência do Conselho Gestor da RESEX. A justificativa seria a invasão da Reserva por gente que buscava adquirir uma casa de veraneio dentro da Reserva e até a compra de áreas por criadores de gado. No entanto, a questão sobre a “invasão” da Reserva e a venda de benfeitorias na RECM adquire uma feição complexa, pois está relacionada a própria reprodução familiar dos camponeses que nela habitam.

A vida social dentro dos seringais têm a colocação como centralidade. São as casas habitadas por chefes de família ligados que formam o que Almeida (2012) denomina de *casas ampliadas*, onde laços de parentesco, casamento, compadrio e cooperação interligam colocações próximas e aproximam simbolicamente os Seringais.

Mas, em alguns Seringais da Reserva, é possível perceber que as colocações sofrem um parcelamento familiar. Na medida em que a família camponesa aumenta, colocações que originalmente tinham 600 hectares, por exemplo, são divididas entre filhos e netos (já adultos) em parcelas entre 200 ou 100 hectares (o tamanho é variável com o número de membros adultos da família). Trata-se de uma divisão familiar, realizada pelo chefe da família, com os seus membros.

A diminuição das áreas das colocações coloca em questão a limitação da reprodução camponesa, pois também se reduz as áreas para roçado, caça e extração da castanha e borracha. Por isso, não raro, o filho de um seringueiro de uma determinada colocação muitas vezes se vê obrigado a adquirir outra colocação próxima, ou mesmo em outros Seringais mais distantes ou mesmo em áreas fora da RESEX. E o faz sem consultar o Conselho Gestor ou qualquer órgão ou funcionário do Estado, já que na maioria das vezes sequer conhece algum dos seus representantes. Este processo de ocupação da Reserva não é novo, sempre existiu, mesmo antes da sua criação.

Tradicionalmente, essa mobilidade é realizada sob certo controle comunitário. Aquele que pretende adquirir uma nova colocação e morar em um novo seringal não faz isso sem a aprovação dos moradores deste local. Essa regra está presente até hoje no atual Plano de Uso da Reserva. Será no âmbito de alguma forma de poder comunitário, como um núcleo de moradores forte e atuante, que isso será discutido por moradores que aprovam ou desaprovam se o novo morador será ou não o seu vizinho. Assim, as assembleias comunitárias, presentes desde a criação da reserva, mostram que ainda são espaços de decisão sobre quem pode e quem não pode se mudar para uma determinada colocação.

A presença do boi na RESEX também tem gerado inúmeros conflitos. Na Reserva Extrativista Chico Mendes é comum encontrar, em áreas próximas às casas dos seringueiros, bois e vacas em pastos devidamente cercados. Aliás, é o único lugar em que nota-se a presença de arame, pois não existem cercas dividindo as colocações. Mas o Conselho Gestor aponta que a criação de gado é na Reserva pode ser uma ameaça. Denúncias sobre a invasão por parte de fazendeiros em algumas aéreas da Reserva ocorrem frequentemente e ganham o

noticiário nacional. Contudo, a imensa maioria dos seringueiros mantêm sua criação de gado como parte da sua estratégia de reprodução camponesa. Segundo o plano de gestão, cada colocação pode criar até 30 cabeças de animais grandes, ou seja, boi, porcos, ovelhas e muaras dentro de cada colocação.

O limite máximo a ser ocupado pela criação de animais é de 50% da área da colocação destinada para atividades complementares. Mas é justamente aí que reside a confusão. Pois, segundo o Plano de Utilização: “As atividades complementares poderão ocupar até dez por cento (10%) da área da colocação sendo que o tamanho máximo destinado às atividades complementares não poderá ultrapassar 30 hectares por colocação”. Ou seja, em colocações maiores, por exemplo com 600 hectares (seis estradas de seringa), a área destinada à criação de animais tem como limite 15 hectares. Há muita controvérsia sobre isso, pois esse limite foi estabelecido no processo de revisão do Plano de Utilização.

Entre os seringueiros, a criação e a utilidade de bois e vacas apresenta um caráter multifacetado. Assim como o raçado, eram proibidos pelos patrões nos tempos em que os seringueiros trabalhavam exclusivamente no extrativismo da borracha. Hoje são utilizados pela maioria como meios de transporte para fazer o “combói” - o transporte de borracha ou da castanha - pelos ramais e varadouros.

Mas também são parte importante da reprodução camponesa, uma vez que o gado, como em outras regiões do país, representa uma espécie de “poupança” para a família. Klaas Woortmann (1990) mostrou, por exemplo, como sitiantes calculavam as vantagens entre investir os recursos na compra de gado ou aplicar o dinheiro em caderneta de poupança. Entre os camponeses, geralmente, a criação de boi é combinada com a criação de outros animais e com o cultivo dos roçados. A compra do boi é a garantia de que a família possa sobreviver caso o plantio sofra alguma devastação ou tenha uma produtividade menor causada pelo clima, pragas, animais entre outros fatores. Em sua Dissertação, Tolentino (2013) problematizou essa questão mostrando como camponeses da Paraíba, que obtinham créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), procuravam realizar investimentos em atividades consideradas por eles mais seguras. Optava-se pela compra de bois, onde os riscos seriam menores do que o investimento apenas na agricultura.

No caso dos seringueiros, o gado é geralmente adquirido com recursos oriundos da extração de borracha ou de castanha. Segundo Pantoja (2009), em sua pesquisa no Alto Juruá,

o dinheiro obtido com o extrativismo, chamado de “saldo”, é investido na formação do rebanho de gado que constitui a formação de um patrimônio da casa. Assim, o gado é vendido quando as famílias seringueiras estão na “precisão”, isto é em situações nas quais necessitam ir para “a rua” - a cidade - realizar algum tratamento médico, ou quando é preciso custear alguma viagem ou ainda sair em socorro de algum familiar. Nestes casos, algumas cabeças de gado são vendidas para se obter dinheiro. Em outros tempos, quando o seringueiro se encontrava na precisão era obrigado a ir até o barracão recorrer ao patrão para que este providenciasse algum tipo de transporte e auxílio emergencial, o que naturalmente reforçava os laços de dependência e de dominação pessoal entre ele os proprietários do Seringal. A conquista das RESEXs pôs fim a esse regime, garantiu ao seringueiro o acesso ao território e afirmou sua autonomia camponesa. Pode-se sugerir, portanto, que a criação de gado como uma reserva patrimonial tornou-se também uma expressão dessa autonomia e ocupa um espaço extremamente relevante na sua reprodução.

As cabeças de gado também constituem um patrimônio das famílias que podem ser transmitidos através de gerações por meio de herança. É bastante comum que os pais deem alguma(s) cabeça(s) para seus filhos quando eles estão começando suas próprias famílias. Ao estudar grupos familiares do Seringal Porongaba, que faz divisa com o extremo norte da RECM, Narahara (2011, p.94) conclui: “A cabeça de gado que o pai dá para a sua filha é uma semente, é o início da criação da própria filha, constituindo assim um importante elemento de herança, mediado quase sempre pelo idioma do parentesco”.

Para além da reprodução puramente material, o gado tem igualmente importância nos festejos e práticas simbólicas. Quando há um grande adjunto ou mutirão realizado na colocação de algum seringueiro, este paga os seus companheiros com uma festa onde muitas vezes se mata um boi para servir no almoço, ou ainda reparte-se o boi em bandas para distribuir a todos aqueles que trabalharam na sua colocação. Também sacrifica-se algum boi quando é preciso pagar uma promessa e assim garantir a prosperidade das famílias. Nessas ocasiões, sua carne é dividida pelo promesseiro entre seus parentes, amigos e vizinhos. Como se vê, a criação de gado entre famílias de seringueiros vai além de uma dimensão meramente econômica. Se reveste de práticas simbólicas e lógicas sociais que são formas de garantir a reprodução familiar camponesa.

### **A exploração comercial de madeira dentro da Reserva**



Um dos temas mais polêmicos atualmente no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes tem sido a implementação do chamado manejo madeireiro comunitário. Trata-se de um projeto que pretende explorar madeira comercialmente no interior das colocações, o que de certa maneira é contraditório com um modelo econômico pensado pelo movimento seringueiro que visa manter “a floresta em pé”, como dizia Chico Mendes (1990).

Para compreender a origem da proposta é preciso voltar à década de 1990, momento no qual são criadas as RESEXs e momento também no qual a questão ambiental ganha maior visibilidade no cenário internacional e passa a constar como pauta obrigatória na agenda política dos Estados Nacionais e órgãos multilaterais, especialmente, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992.

Essa mesma década de 1990 também é o momento de afirmação da ideologia que defendia a redução das capacidades econômicas e sociais dos Estados nacionais. A solução do “Estado mínimo” (mínimo no que se refere aos gastos sociais), Tratados de Livre Comércio e a supervalorização das “forças invisíveis” do mercado passam a constar como itens prioritários na agenda política dos governos de todo o mundo, particularmente na América Latina. Era o chamado “Consenso de Washington” em ação.

Como bem assinala Carlos Porto-Gonçalves, é nesse momento que a questão ambiental “também passa a interessar cada vez mais o ‘andar de cima’ sobretudo o setor empresarial e, entre esses, as grandes corporações transnacionais ” (2006, p. 299).

Assim, a ideia sobre a conservação florestal ganhou relevância nas estratégias políticas para implementar o chamado “desenvolvimento sustentável” entre as várias instituições nacionais e internacionais, como o Banco Mundial, por exemplo. A partir daí são propagados modelos capazes de compatibilizar desenvolvimento da economia de mercado com proteção ambiental no qual subjaz a lógica de que apenas o mercado, livre de qualquer regulação estatal, poderia garantir o “desenvolvimento sustentável”, pois estenderiam os princípios de administração, supostamente mais competentes e eficazes, à gestão dos recursos naturais e a proteção ambiental.

Assim, ante os avanços de múltiplos movimentos sociais que conseguiram imprimir ao debate um forte caráter social de respeito à diversidade cultural, desencadeou-se uma ampla estratégia empresarial, com a ajuda de grandes organizações não-governamentais, para que se condicionasse a busca de alternativas políticas aos marcos da ordem societária existente, ou seja, que se procurasse estreitar as soluções aos marcos do mercado, às regras do jogo do capitalismo, enfim, procurava-se retirar

a iniciativa daquele protagonismo de ampla base popular e cultural, acreditando que o mercado é a única solução possível para qualquer problema, inclusive os ambientais. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 302).

Uma das consequências imediatas para os seringueiros foi o fim de qualquer política estatal para fomentar a produção de borracha, tendo como marco a extinção da Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), em 1989 (CUNHA, 2010).

É neste contexto também que surge no Acre planos de manejo madeireiro, projetos relacionados ao comércio de carbono e de “serviços ambientais”. De acordo com os dados do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), o “Acre possui cerca de seis milhões de hectares de florestas nativas potencialmente aptas para suprimento industrial, dos quais, mais de 960 mil já contam com planos de manejo, em áreas públicas, privadas e comunitárias (VEROCAI & LUDEWIGS & PEREIRA, 2012, p. 66).

A implementação de manejo florestal madeireiro apresenta-se claramente como ideia de que a floresta é “um ativo econômico” cuja responsabilidade é alavancar o desenvolvimento econômico do Estado. Essa noção está presente no Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) do Acre que aponta para “políticas de incentivo à industrialização” que levem “em consideração a importância da interiorização da atividade florestal, visando ampliar a conectividade entre as diferentes regionais na formação de aglomerados (clusters) florestais” (ACRE, 2010, p.148) à disposição das atividades do manejo florestal sustentável.

A implementação desses projetos não foi realizada sem conflitos entre seringueiros e seus proponentes. Um dos casos mais emblemáticos ocorreu na Floresta Estadual do Antimary e no Projeto Agroextrativista (PAE) Limoeiro. Sobre este último, a pesquisa de doutorado realizada por Sheila Maria Palza Silva enumera os problemas enfrentados pelos camponeses após a implementação do projeto.

Na verdade, passados quase uma década que se deu o manejo naquela área, as famílias ainda se ressentem de alguns problemas na floresta (...) tais como: a diminuição da caça nas áreas próximas à colocação, pois como salientado por diversas famílias pesquisadas, ainda é preciso andar muito para poder conseguir matar uma caça; o problema do pagamento, uma vez que, segundo relataram algumas famílias, ainda estão aguardando receber parte do pagamento pela venda de suas árvores; dificuldades na coleta da castanha (visto que as trilhas foram destruídas com a derrubada das árvores); problemas de acesso ao PAE Limoeiro (visto que não se tem manutenção dos ramais, e o principal ramal de acesso ao PAE Limoeiro fica intrafegável no inverno (causando o isolamento das famílias na floresta); o problema do desmatamento (as clareias até hoje ainda existem); a redução do nível das fontes (o nível de água baixou muito e continua baixo devido ao desmatamento); dificuldade na coleta do látex (pois as estradas de seringa, assim como as de castanhas, ficaram obstaculizadas e destruídas depois do manejo), dentre

outros. (SILVA, p. 285, 2012)

O caso do Antimary apresentou problemas similares e ganhou bastante repercussão na imprensa local e chegou a ser noticiado por órgãos de imprensa de alcance nacional <sup>6</sup>, uma vez que o manejo implementado no local era apresentado com um modelo a ser desenvolvido em outras áreas do estado, incluindo na RECM.

Por iniciativa do governo do Acre a implementação do manejo florestal comunitário de madeira tem sido defendido no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes. A alegação é de que o projeto seria uma solução no combate a extração ilegal de madeira dentro da RECM. O manejo madeireiro chegou a ser implementado por um breve período na Reserva, contudo, desde fevereiro de 2015 esse tipo de exploração de madeira se encontra suspenso em razão de uma liminar da Justiça obtida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri que alega desequilíbrio entre o valor pago pela madeira aos seringueiros, além de se opôr ao plano em si, uma vez que a entidade identifica que sua execução prejudica o modo de vida das famílias seringueiras<sup>7</sup>.

O discurso é pra inglês ver. Porque o comunitário é quando a comunidade faz, implementa coletivamente que nem nós fazemos, a coleta é comunitária da castanha. Porque nós na comunidade nós colhemos a coleta. Mas o manejo da madeira quem vem tirar é uma empresa. [...] o manejo não é o manejo é empresarial, porque não é o seringueiro que vai dizer qual é a árvore que ele vai tirar. Se fosse nós, nós não ia deixar tirar uma árvore que produz alimento pra caça. [...] E essa fauna vai desaparecer, vão procurar outras florestas que tem alimento, porque essas aqui vão ficar sem alimento <sup>8</sup>

A fala de Osmarino Amâncio, uma das lideranças seringueiras que posicionam contrariamente ao manejo, reflete o tipo de impacto que o manejo florestal poderia causar ao modo de vida das populações da Reserva, uma vez que ele de fato não é comunitário, mas sim realizado por funcionários, técnicos e tratores contratados pela Cooperfloresta, cooperativa que hoje encampa projetos deste tipo no estado. Assim, a exploração da madeira pode causar danos às estratégias de reprodução camponesa, uma vez que estão ancoradas em uma lógica mercantilista e não nas práticas comunitária e tradicionais de extração dos recursos florestais

<sup>6</sup> Ver matéria “O golpe verde”. Revista ISTO É na edição no 2188 de 14 de outubro de 2011.

<sup>7</sup> Em comunicação oral, em 03/09/2017, Dercy Teles Cunha, ex-presidente dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (2006-2014), afirmou que o governo tem planos de extrair 24 mil metros cúbicos de madeira no interior da RECM no momento em que conseguirem reverter a decisão judicial.

<sup>8</sup> Osmarino Amâncio, entrevistado por Jeferson Choma em janeiro de 2013.

praticados pelas populações seringueiras.

## **Conclusão**

As Reservas Extrativistas foram forjadas no calor da luta do movimento seringueiro contra os projetos da expansão da acumulação capitalista, impulsionada na Amazônia pelo regime militar. A resistência seringueira visava afirmar a sua territorialidade, em face a territorialidade capitalista dos fazendeiros, e por isso inviabilizou a expropriação territorial das famílias camponesas e preservou seu modo de vida. Também possibilitou a inédita concretização de experiências de projetos econômicos de desenvolvimento sustentável que mantivessem a “floresta em pé”, valorizando o conhecimento tradicional de homens e mulheres que vivem na mata. Contudo, o modelo autogestionário concebido originalmente pelos seringueiros foi suprido no momento em que as Reservas Extrativistas passaram a fazer parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Tal medida teve consequências importantes que afetaram o modo de vida e a territorialidade seringueira e tornou-se foco de tensões e conflitos.

O momento de criação das RESEXs também marcou a conquista da autonomia camponesa dos seringueiros, que deixaram de ser exclusivamente trabalhadores extrativistas para assumir um modo de vida marcada pelas estratégias de reprodução camponesa. Um camponês da floresta que realiza o cultivo de roçados, a criação de animais ao mesmo tempo em que retira da floresta os recursos necessários a produção da vida por meio de um manejo dos recursos naturais que respeita a capacidade de recuperação das espécies de plantas e animais utilizadas. O debate sobre aderir ou não aos planos de manejo madeireiro é particularmente delicado quando se leva em conta que a questão da exploração de madeira se encontra na origem do movimento de resistência dos seringueiros no Acre e mesmo na proposta de RESEX que está intimamente ligada a propostas alternativas de desenvolvimento valorizado a "floresta em pé", e não em uma percepção da floresta como um ativo econômico. Muitas vezes, esses projetos têm significado ameaças concretas ao modo de vida seringueiro, à caça, à coleta da castanha e do látex e ao controle do seu território. Assim, concluímos que muitas medidas adotadas sob o argumento de preservação do meio ambiente há restrições de uma série de práticas tradicionais necessárias a reprodução camponesa das famílias que vivem na floresta. Cabe ao movimento dos seringueiros a retomada da sua mobilização autônoma para resgatar os princípios que nortearam no passado a criação das RESEXs para assim

resgatar a gestão desses territórios, defender sua territorialidade e modo de vida.

## REFERÊNCIAS

ACRE, Governo do Estado. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre. Documento Síntese da Fase II*. Rio Branco: Secretaria do Meio Ambiente do Acre-SEMA, 2010.

ALMEIDA, Mauro W. B.; CUNHA, M. Carneiro da. *A enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

BRASIL, *Plano de Manejo Reserva Extrativista Chico Mendes*. IBAMA, Xapuri (AC), 2006.

\_\_\_\_\_, Ministério do Meio Ambiente. *Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes*. Brasília, IBAMA, 1995.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

BOMBARDI, Larissa Mies. *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de territorialização Camponesa*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

CIMI. Dossiê Acre. *Documento especial para a Cúpula dos Povos -Rio de Janeiro - 2012*. CIMI, Rio Branco, 2012)

CNS. Conselho Nacional dos Seringueiros. *Relatório sócio econômico e cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes*. Rio Branco, Acre, 1992.

CUNHA, C. C. *Reservas extrativistas: institucionalização e implementação no estado brasileiro dos anos 1990*. Tese (doutorado) – UFRJ, Instituto de Psicologia, curso de pós-graduação em psicossociologia de comunidade e ecologia social. Rio de Janeiro, 2010.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1974.

IANNI, Otávio. *Ditadura e agricultura*, 1979. Civilização Brasileira, RJ.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. *O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira –PB*. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. FFLCH. São Paulo, 1994.

NARAHARA, Karine Lopes. *Entre a margem e o centro: agroextrativismo, troca e reciprocidade em um seringal acreano*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo Capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. Labor Edições. São Paulo, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. Geografando nos varadouros do mundo. Brasília. IBAMA, 2003.

PANTOJA; COSTA, E. L.; POSTIGO, A. *A presença do gado em reservas extrativistas: algumas reflexões*. Revista Pós Ciências Sociais, v.6, n.12 jul/dez, São Luis/MA, 2009. p.115-130.

SUDAM. I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974). Belém: SUDAM, 1971.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Servidão Humana na Selva. O Aviamento e o Barracão nos Seringais da Amazônia*. Manaus: Editora Valer/Edua, 2009.

SILVA, Sheila Maria Palza. *Políticas Públicas e Ambientalismo no Agroamazônico: um estudo de caso do Acre (1999-2010)*. Tese (doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2012.

TOLENTINO, Michell Leonard Duarte de Lima,. *O (Des)envolvimento no Pronaf: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

VEROCAI & LUDEWIGS & PEREIRA (2012) ; *Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDSA II. Expansão da Economia Florestal*. Relatório de Avaliação Ambiental e Social (Versão Final). Rio Branco, 2012.

WOORTMANN, Klass. 1990. “Com Parente não se Neguceia”: o campesinato como ordem moral. In *Anuário antropológico*. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.